

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 374.435 - RO (2013/0228020-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**AGRAVADO : NADELSON DE CARVALHO**  
**ADVOGADO : JOSÉ DE ARIMATÉIA ALVES - RO001693**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial ajuizado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, o qual foi apresentado, com fulcro no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Consta dos autos que o agravado foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 1º, XIV, do Decreto n. 201/1967, porque teria, na condição de Prefeito do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, descumprido ordem judicial proferida em ação de improbidade administrativa que condenou Gilmar da Silva Ferreira, servidor daquele município, à perda da função pública e proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta e indiretamente, pelo prazo de 10 (dez) anos.

O Tribunal de origem rejeitou a denúncia, pela atipicidade e por não vislumbrar a existência de dolo, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 196):

*Inquérito policial. Crime previsto no Decreto n. 201/67. Descumprimento de ordem judicial. Ordem e recomendação conflitantes. Dúvida fundada, razoável e justificada. Inexistência de recusa do cumprimento. Inexistência do dolo. Denúncia. Rejeição.*

*Demonstrado que a causa determinante do atraso no cumprimento de decisão judicial fora dúvida fundada, razoável e justificada, baseada na interpretação de conceitos doutrinários e também na divergência entre o comando de intimação feita por meio de carta precatória e o teor de recomendação feita pelo Ministério Público, há de se considerar elidida a prática do crime de responsabilidade por descumprimento de ordem judicial.*

*A inexistência de dolo é manifesta causa de exclusão da ilicitude.*

No recurso especial, o ora agravante alega violação aos arts. 41, 395 e 397 do Código de Processo Penal, ao argumento de que "a tese defensiva da falta de

dolo, como excludente de antijuridicidade, só deve ser analisada após a instauração da ação penal, e não na fase de recebimento da denúncia" (e-STJ fl. 211).

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 219/223 e contraminuta ao agravo às e-STJ fls. 235/242.

Inadmitido o recurso, os autos vieram a esta Corte por meio de agravo.

O *Parquet* Federal opinou pelo conhecimento e pelo provimento do agravo para dar prosseguimento ao recurso especial (e-STJ fls. 261/263).

É o relatório.

Decido.

Suficientemente impugnados os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial e presentes os pressupostos processuais, conheço do agravo. Passo à análise do recurso especial.

Constata-se que os arts. 41, 395 e 397 do Código de Processo Penal, apontados como violados, não foram objeto de análise pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos de declaração com o fito de sanar eventual omissão. Com efeito, a alegação de que, tendo o art. 43, I, do CPP sido revogado pela Lei n. 11.719/2008, a tese defensiva de ausência de dolo somente poderia ser analisada após o recebimento da denúncia não foi submetida a exame pelo Tribunal de origem. Assim, revela-se ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza a apreciação da questão por esta Corte Superior. Incidem sobre a espécie, portanto, as Súmulas n. 356 e 282/STF: "*o ponto omissivo da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento*" e "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*".

A propósito, os seguintes julgados desta Corte:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 41 DO CPP. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NEGATIVA DE VIGÊNCIA DO ART. 51, P.Ú., DA LEI N. 11.343/06. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS N. 282 E N. 356, AMBOS DO STF. (I) - ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA*

*DENÚNCIA APÓS A PROLAÇÃO DO ÉDITO CONDENATÓRIO. PRECLUSÃO. (II) - IRREGULARIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL NÃO CONTAMINAM A AÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. É condição sine qua non ao conhecimento do especial que o acórdão recorrido tenha emitido juízo de valor expresso sobre a tese jurídica que se busca discutir na instância excepcional, sob pena de ausência de pressuposto processual específico do recurso especial, o prequestionamento. Inteligência dos enunciados 282 e 356/STF.*

*[...].*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 843.321/RO, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 13/06/2016, grifei.)*

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO CRIMINAL. VIOLAÇÃO AO ART. 621, I, DO CPP. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Não há falar em nulidade por ausência de vista ao Ministério Público Federal, na medida em que o parecer foi apresentado às fls. 164/170.*

*2. Não se conhece da arguida violação ao art. 621, I, do Código de Processo Penal, ante a ausência de prequestionamento, requisito indispensável, a teor dos enunciados sumulares 282 e 356/STF.*

*3. Segundo o entendimento desta Corte, ainda que a suposta violação de lei federal tenha surgido no julgamento do acórdão recorrido, é indispensável a oposição de embargos de declaração para que o Tribunal de origem se manifeste sobre a questão, sob pena de não se ter por satisfeito o requisito do prequestionamento.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1112981/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 23/11/2015, grifei.)*

Além disso, o Tribunal de origem, soberano na análise de questões fático-probatórias dos autos, reconheceu a atipicidade da conduta e rejeitou a denúncia sob o argumento de que "na Carta Precatória não consta ordem para a demissão do servidor do cargo efetivo", bem como por concluir que o agravado "agiu de forma adequada diante da situação dúbia e incerta, e também de forma prudente como Administrador" (e-STJ fl. 200).

O acolhimento da alegação do agravante de que, "aceitando-se

prematuramente frágil justificativa para o não cumprimento de ordem judicial, qual seja, sentença com trânsito em julgado, caracterizou-se ofensa a vários dispositivos legais" (e-STJ fl. 216) e a consequente mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado exigiriam o reexame das provas, o que é vedado nesta instância superior, nos termos da Súmulas n. 7/STJ.

Ante o exposto, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

